



Comentários à Lei das Estatais promove uma releitura, artigo a artigo, do papel das empresas públicas, das sociedades de economia mista e suas subsidiárias diante de seus objetivos sociais, da centralidade de seus novos arranjos de governança corporativa, assim como de seus procedimentos licitatórios e suas atividades contratuais. Não se limita a replicar a letra da lei e tampouco tecer comentários já feitos a dispositivos inspirados em outros regimes jurídicos. A proposta desta obra é bem clara: levar a sério as peculiaridades que justificam e orientam as entidades estatais diante dos desafios de governança que lhes são colocados nesta quadra histórica da sociedade brasileira. Trata-se de um livro de consulta cotidiana e obrigatória para lidar com estas organizações em suas especiais funções diante da Administração Pública e do desenvolvimento nacional.

BERNARDO STROBEL GUIMARÃES
LEONARDO COELHO RIBEIRO
CARLOS VINÍCIUS ALVES RIBEIRO
ISABELLA BITTENCOURT MÄDER
GONÇALVES GIUBLIN
JULIANA BONACORSI DE PALMA

COMENTÁRIOS À LEI DAS ESTATAIS (Lei nº 13.303/2016)

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO

Áreas afins

LICITAÇÕES E CONTRATOS;
COMPRAS PÚBLICAS;
COMPLIANCE;
GOVERNANÇA CORPORATIVA;
INTEGRIDADE.

Público-alvo/consumidores

Advogados e gestores com atuação relacionada às empresas estatais, especialmente em temas de contratações públicas e governança corporativa.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10001573

C732 Comentários à Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016)/ Bernardo Strobel Guimarães [et al.] – Belo Horizonte : Fórum, 2019.

477 p.; 14,5cm x 21,5cm.

ISBN: 978-85-450-0652-7

1. Direito Administrativo. 2. Compras públicas. 3. Compliance. I. Guimarães, Bernardo Strobel. II. Ribeiro, Leonardo Coelho. III. Ribeiro, Carlos Vinícius Alves. IV. Giublin, Isabella Bittencourt Mäder Gonçalves. V. Palma, Juliana Bonacorsi de. VI. Título.

CDD: 341.3

CDU: 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

GUIMARÃES, Bernardo Strobel; RIBEIRO, Leonardo Coelho; RIBEIRO, Carlos Vinícius Alves; GIUBLIN, Isabella Bittencourt Mäder Gonçalves; PALMA, Juliana Bonacorsi de. *Comentários à Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016)*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 477p. ISBN 978-85-450-0652-7.

BERNARDO STROBEL GUIMARÃES

Mestre e Doutor em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Professor da PUCPR e advogado.

LEONARDO COELHO RIBEIRO

Advogado e professor convidado de Direito Administrativo da FGV Direito Rio. Mestre em Direito Público pela UERJ e Especialista em Litígios e Soluções Alternativas de Conflitos pela FGV Direito Rio (LL.M *Litigation*). Membro da Comissão de Direito Administrativo e de Direito da Infraestrutura da OAB/RJ.

CARLOS VINÍCIUS ALVES RIBEIRO

Mestre, Doutor e Pós-Doutorando em Direito de Estado pela USP. Promotor de Justiça no Estado de Goiás. Membro Auxiliar no Conselho Nacional do Ministério Público. Professor adjunto de Direito Administrativo na PUC-GO. Membro do Centro de Estudos de Direito Administrativo, Ambiental e Urbanístico da USP (CEDAU).

ISABELLA BITTENCOURT MÄDER GONÇALVES GIUBLIN

Advogada. Graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Pós-graduada pela Universidade Anhanguera em Direito Público. Pós-graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná em Licitações e Contratos Administrativos. Membro da Comissão de Gestão Pública da OAB/PR.

JULIANA BONACORSI DE PALMA

Professora da FGV Direito SP, Mestre e Doutora pela Faculdade de Direito da USP e LL.M. pela Yale Law School.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

A LEI Nº 13.303/2016 E A NOVA EMPRESA ESTATAL

Bernardo Strobel Guimarães	21
I. Uma proposta modesta	21
II. As estatais no Brasil: a frustração dos desígnios da Constituição.....	22
III. O modelo constitucional: a exigência de gestão autônoma e a opção preferencial pelo Direito Privado.....	27
IV. A Lei nº 13.303/2016 e seus novos paradigmas: a nova empresa estatal	31
IV.1 A governança	32
IV.2 A objetivação do interesse público implementado pelas estatais	33
IV.3 Autonomia de gestão e integridade: a superação do direcionamento político.....	35
IV.4 O planejamento estratégico como ferramenta de implementação de objetivos públicos	36
IV.5 A transparência como diretriz do controle social	37
V. Conclusão	38

LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016

ARTIGO 1º	39
I. O estatuto geral das estatais e sua matriz constitucional	41
II. A competência da União para a edição da lei prevista no art. 173, §1º e seu caráter de norma federal	46
III. O âmbito subjetivo da Lei das Estatais: a aplicação independente da natureza da atividade explorada (<i>caput</i>)	46
IV. Normas de governança, regime geral e “estatais de menor porte” (§§1º, 3º e 4º)	47
V. A empresa pública dependente e a submissão ao regime de contratação da Lei nº 13.303/2016 (§2º).....	51
VI. Estatal operadora de consórcio e aplicação da lei (§5º)	52
VII. Empresas controladas e aplicação da lei (§6º)	53
VIII. A participação estatal minoritária e seus requisitos (§7º).....	54
ARTIGO 2º	58
I. Estatais como técnica de atuação empresarial do Estado (<i>caput</i>)	58
II. A objetivação do interesse público e seus efeitos (§1º)	59
II.1 A eficácia do §1º em face das leis especiais que criam estatais.....	62
III. Autorização para investimentos em outras empresas (§§2º e 3º)	64
ARTIGO 3º	67
I. Empresa pública como projeto empresarial integralmente estatal	67
II. Opção preferencial pelo modelo das S.A.	68
III. Empresa pública com pluralidade de sócios	69
ARTIGO 4º	70
I. Sociedades de economia mista	70
II. A Lei nº 13.303/2016 e o reforço no dever de proteção do investidor privado	72
III. A incidência dos deveres de controlador ao Estado	73
IV. Incidência das normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ..	74
ARTIGO 5º	75
I. A sociedade de economia mista como S.A.	75
ARTIGO 6º	76
I. Estatais e governança corporativa	76
II. Governança e transparência.....	78
III. Governança e estruturas de decisão	78
IV. Governança e gestão de riscos e controle	79
V. Proteção do investimento privado.....	79

ARTIGO 7º	81
I. Estatais e a regência da Lei das S.A.	81
II. Estatais e a aplicação das regras da CVM sobre escrituração financeira	82
ARTIGO 8º	84
I. Carta anual definindo os objetivos da empresa (inc. I e §1º).	86
II. Adequação dos estatutos aos objetivos definidos em lei (inc. II).....	87
III. Carta anual de governança corporativa (incisos III e VIII)	88
IV. Estipulação de uma política de divulgação de informações relevantes (inc. IV).....	89
V. Estipulação da política de distribuição de dividendos (inc. V)	89
VI. Divulgação dos custos referentes à missão de interesse público (inc. VI e §2º).....	91
VII. Estipulação e divulgação da política de transações com partes relacionadas (VII)	92
VIII. Relatório anual de sustentabilidade (inc. IX).	93
IX. Tratamento das empresas que atuam em regime distinto do privado (§2º)	93
X. A aplicação das normas da CVM às empresas registradas na autarquia (§3º).....	94
XI. O dever de divulgação de informações relevantes na internet (§4º).....	95
ARTIGO 9º	96
I. Gestão de risco e controle interno: elementos estruturantes (<i>caput</i>)....	97
II. Código de Conduta e seu conteúdo (§1º).....	98
III. Código de Conduta e sua influência no procedimento de contratação	99
IV. Autonomia institucional das instâncias de controle da gestão de riscos (§§2º e 4º)	100
V. Auditoria interna (§3º)	101
ARTIGO 10	102
I. Comitê Estatutário e controle subjetivo dos administradores das estatais.....	102
ARTIGO 11	104
I. Operações vedadas às empresas públicas	104
ARTIGO 12	105
I. Divulgação da remuneração dos administradores.....	105
II. Dever de revisão periódica das normas de <i>compliance</i>	106
III. Arbitragem societária (par. ún.)	107
ARTIGO 13	111
I. Estatuto da estatal e seu conteúdo.....	112
II. A constituição e o funcionamento do Conselho de Administração (inciso I).....	113
III. A despolitização dos membros integrantes da administração das estatais (inciso III).....	114
IV. Constituição e funcionamento do Conselho Fiscal (inciso IV)	116
V. O Comitê de Auditoria (inciso V).....	118
VI. Os prazos de gestão dos membros estatutários (incisos VI e VIII)	118
ARTIGO 14	119
I. O acionista controlador e seus deveres	119
II. Dever de sigilo	120
ARTIGO 15	121
I. A responsabilidade dos atos praticados pelo acionista controlador (inciso I).....	121
II. A ação de reparação (§§1º e 2º).....	122
ARTIGO 16	124
I. O cargo de membro do Conselho de Administração e da Diretoria.....	124

II. Responsabilidades dos conselheiros.....	125
ARTIGO 17	128
I. Dever fiduciário dos administradores (<i>caput</i>).....	130
ARTIGO 18	136
I. Competências do Conselho de Administração	136
II. A proibição da figura do membro suplente	138
ARTIGO 19	140
I. Representantes dos empregados.....	140
II. A representação dos acionistas minoritários	141
III. O voto múltiplo	141
ARTIGO 20	143
I. A vedação da participação remunerada em mais de dois Conselhos...	143
ARTIGO 22	145
I. Os membros independentes do Conselho de Administração	146
ARTIGO 23	148
I. O cargo de diretor	148
II. O atingimento das metas e resultados e a divulgação	150
III. As informações estratégicas das estatais.....	150
ARTIGO 24	152
I. O papel do Comitê de Auditoria Estatutário.....	154
ARTIGO 25	156
I. A composição do Comitê de Auditoria	157
ARTIGO 26	158
I. O Conselho Fiscal	158
ARTIGO 27	161
I. A função social da empresa – a diretriz da Lei das S.A.....	161
II. Função social da empresa estatal (<i>caput</i>)	162
III. Eficiência e desenvolvimento nacional (§1º)	163
IV. Sustentabilidade ambiental e responsabilidade social (§2º)	165
V. Fomento a atividades culturais, a questão dos convênios e patrocínios (§3º)	165
ARTIGO 28	167
I. Estatais e dever de licitar: a necessidade de um regime autônomo e as perspectivas interpretativas da Lei nº 13.303/2016.....	168
II. Lei nº 13.303/2016 e Lei nº 8.666/1993, diálogo normativo	171
III. Proteção à empresa de pequeno porte	175
IV. Vínculos de cooperação e aplicação das regras da licitação	175
V. As hipóteses de inexigibilidade decorrentes do caráter empresarial das estatais.....	176
ARTIGO 29	180
I. O rol das dispensas para as estatais: sentido e alcance.....	183
II. As limitações decorrentes da governança: limitações à promoção do interesse social à custa do interesse da empresa	184
III. As modalidades previstas no art. 29.....	186
III.1 As dispensas em função do valor (incs. I e II e §3º).....	186
III.2 A licitação frustrada pela ausência de licitantes ou por propostas inadequadas (incs. II e III).....	187
III.3 Aquisição ou locação de imóveis (inc. V)	188
III.4 Finalização de objetos pendentes de execução, nos termos originais (inc. VI).....	189
III.5 Para fomentar atividades de interesse social (inc. VII, IX, XII).....	190
IV. Contratação para a manutenção de garantia técnica (inc. VIII).....	191

V.	Contratação de prestadores de serviço público que atuam em regime de exclusividade (inc. X).....	191
VI.	Contratação de subsidiárias (inc. XI).....	192
VII.	Fornecimento por empresas brasileiras de equipamentos de alta tecnologia no setor de defesa nacional (inc. XIII)	193
VIII.	Contratações de entidades vocacionadas à inovação tecnológica (inc. XIV).....	193
IX.	Contratações emergenciais (inc. XV)	195
X.	Transferência interadministrativa de bens e permutas (inc. XVI).....	197
XI.	Doações de bens móveis para fins e usos de interesse social (inc. XVII).....	198
XII.	Operações com valores mobiliários, títulos de crédito e bens produzidos pela estatal (inc. XVIII).....	198
ARTIGO 30		199
I.	Inexigibilidade, conceito geral.....	200
II.	A previsão legal (art. 30 e §1º)	201
III.	Dever de motivar e limites do controle (§§2º e 3º).....	202
ARTIGO 31		205
I.	Licitação e contratos nas estatais: objetivos e princípios (<i>caput</i>)	206
II.	Tutela da economicidade (§§1º 2º e 3º)	210
III.	Procedimento de manifestação de interesse (§§4º e 5º).....	213
ARTIGO 32		215
I.	Diretrizes em matéria de licitação e contrato (<i>caput</i>)	216
I.1	Padronização do procedimento de contratação (inc. I)	217
I.2	Busca da maior vantagem (inc. II).....	217
I.3	Ampliação da competição mediante fracionamento (inc. III).....	218
I.4	Preferência pelo pregão (inc. IV e §3º).....	219
I.5	Observância da política de relacionamento com partes relacionadas (inc. V).....	220
II.	Normas de sustentabilidade relativas à licitação e contratos e a lei (§§1º e 2º).....	221
III.	Ferramentas eletrônicas para a apresentação de lances (§4º).....	222
ARTIGO 33		223
I.	Definição do objeto.....	223
ARTIGO 34		224
I.	Orçamento sigiloso (<i>caput</i>).....	224
II.	Julgamento pelo maior desconto (§1º).....	225
III.	Julgamento por melhor técnica (§2º)	225
IV.	Atuação dos órgãos de controle (§3º)	225
ARTIGO 35		227
I.	Licitações estatais e acesso à informação	227
ARTIGO 36		228
I.	A ausência de conteúdo autônomo.	228
ARTIGO 37		229
I.	O Cadastro Nacional e o registro de contratantes inidôneos (<i>caput</i>)...	229
II.	O alcance do cadastro (§1º)	230
III.	Regularização da situação e exclusão do cadastro	231
ARTIGO 38		232
I.	Impedimentos de participação na licitação e seu caráter não taxativo	233
II.	Impedimentos para a contratação, e não apenas para a licitação	234
III.	Impedimentos em espécie.....	234
III.1	Empregados e diretores das estatais (inc. I)	234
III.2	Pessoas sujeitas a penalidades inabilitantes (incisos II a VIII).....	235
III.3	As hipóteses do parágrafo único.....	236
ARTIGO 39		237
I.	Publicidade dos procedimentos de contratação (<i>caput</i>).....	237
II.	Prazo para a formulação das propostas (incisos I a III).....	238

III. Modificações dos editais, publicidade e reabertura de prazo (Parágrafo único)	238
ARTIGO 40	240
I. Regulamento nas estatais e natureza privada (<i>caput</i>)	240
II. Objeto do regulamento	242
ARTIGO 41	246
I. Tutela penal das contratações das estatais.....	246
ARTIGO 42	247
I. As definições para a contratação de obras e serviços de engenharia (<i>caput</i>)	251
I.a Empreitada e seus regimes (incisos I, II, III e IV).....	252
I.b Contratações integrada e semi-integrada (incisos V e VI).....	255
I.c Os projetos de engenharia (incisos VII, VIII e IX).....	255
II. Mais sobre as contratações integrada e semi-integrada (§§1º a 5º).	260
ARTIGO 43	265
I. Contratos de obras e serviços de engenharia: modalidades de execução	266
II. Projeto básico como regra e sua exceção.....	269
III. Projeto executivo e sua necessidade	270
ARTIGO 44	271
I. Segregação da responsabilidade de projetar e executar (<i>caput</i> , I, e §3º).....	272
II. Execução e remuneração do projeto executivo	273
III. Participação do projetista como consultor da estatal.....	273
IV. A extensão da interdição de relacionamento a representantes das estatais.....	274
ARTIGO 45	276
I. Remuneração variável	276
ARTIGO 46	279
I. Fracionamento lícito do objeto (<i>caput</i>).....	279
II. Fiscalização da execução (parágrafo único)	280
ARTIGO 47	281
I. As hipóteses de indicação de marca ou modelo nas licitações para aquisição de bens.....	281
II. A exigência de amostra do bem no procedimento de pré-qualificação e na fase de julgamento das propostas ou de lances e a solicitação de certificações de qualidade do produto	285
ARTIGO 48	289
I. A publicidade nas aquisições de bens realizadas por empresas públicas e sociedades de economia mista.....	289
ARTIGO 49	291
I. Os requisitos para a alienação de bens por empresas públicas e por sociedades de economia mista	291
ARTIGO 50	296
I. A atribuição de ônus real a bens integrantes do acervo patrimonial de empresas públicas e de sociedades de economia mista	296
ARTIGO 51	298
I. As fases do procedimento licitatório (art. 51 e incisos).....	298
II. A fase interna da licitação (inciso I).....	299
III. A fase externa da licitação: inversão de fases e flexibilidade procedimental (incisos II a X, §§1º e 2º).....	300
IV. Possibilidade de adoção da sistemática de lances (inciso III)	302
V. Negociação (inciso V)	302
VI. A preferência pelo meio eletrônico e a divulgação dos editais e contratos resumidos na internet (§2º).....	302

VII. Ausência de previsão de audiência pública.....	303
ARTIGO 52	304
I. A diferença entre modalidades licitatórias e modos de disputa (art. 52)	304
II. O modo de disputa aberto (art. 52, §1º).....	304
III. O modo de disputa fechado (art. 52, §2º).....	306
IV. O parcelamento do objeto e a combinação de modos de disputa (art. 52)	307
ARTIGO 53	309
I. Os lances intermediários no modo de disputa aberto (art. 53, I, e parágrafo único, I e II).....	309
II. O reinício da disputa aberta para definição das demais colocações (art. 53, II).....	311
ARTIGO 54	312
I. Definição e função dos critérios de julgamento (<i>caput</i>)	313
II. A identificação dos critérios de julgamento no instrumento convocatório e a possibilidade de combinação em caso de parcelamento (§1º).....	314
III. O critério de julgamento pelo menor preço (inciso I)	314
IV. O critério de julgamento pelo maior desconto (inciso II e §4º).....	315
V. O critério de julgamento pela melhor combinação de técnica e preço (inciso III e §§2º e 5º).....	316
VI. O critério de julgamento pela melhor técnica (inciso IV e §2º).....	316
VII. O critério de julgamento pelo melhor conteúdo artístico (inciso V e §2º).....	317
VIII. O critério de julgamento pela maior oferta de preço (inciso VI).....	318
IX. O critério de julgamento pelo maior retorno econômico (inciso VII e §§2º e 6º)	318
X. O critério de julgamento pela melhor destinação de bens alienados (inciso VIII e §§7º e 8º)	319
XI. A vedação a que sejam consideradas vantagens imprevistas (§3º).....	322
ARTIGO 55	323
I. O empate nas licitações (art. 55, <i>caput</i>).....	323
II. O empate ficto e as regras de desempate da LC nº 123/2006 (art. 28, §1º, combinado com artigos 44 e 45, da LC nº 123/2006).....	324
III. O método de disputa final como solução ao empate (inciso I)	325
IV. O critério de avaliação do desempenho contratual prévio (inciso II).....	325
V. Os critérios de desempate em licitações da área de informática (Lei nº 8.248/1991) e nas demais licitações (Lei nº 8.666/1993) (inciso III).....	326
VI. O critério de sorteio (inciso IV)	327
ARTIGO 56	328
I. A verificação da efetividade dos lances ou propostas após o julgamento (<i>caput</i> e §1º).....	329
II. A desclassificação dos lances ou propostas que contenham vícios insanáveis (inciso I)	330
III. A desclassificação dos lances ou propostas que descumpram especificações técnicas (inciso II).....	331
IV. A desclassificação dos lances ou propostas que contenham preços manifestamente inexequíveis (inciso III), ou não tenham sua exequibilidade demonstrada quando exigido (inciso V, §§2ª e 4ª)	332
V. A inexequibilidade nas licitações de obras e serviços de engenharia (§3º)	334
VI. A desclassificação dos lances ou propostas que se encontrem acima do orçamento estimado (inciso IV).....	336
VII. A desclassificação dos lances ou propostas que apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório (inciso VI).....	337
ARTIGO 57	338
I. A negociação entre a empresa estatal e o licitante proponente da proposta melhor colocada na etapa de julgamento (art. 57, <i>caput</i>)	338
II. A permanência do preço acima do orçamento estimado mesmo após a negociação, e a negociação com os demais classificados	

	(art. 57, §1º).....	339
III.	A impossibilidade de revelar o orçamento sigiloso na fase de negociação (art. 57, §2º - vetado).....	339
IV.	A revogação da licitação no caso de não obtenção de proposta compatível com o orçamento estimado (art. 57, §3º).....	340
	ARTIGO 58	341
I.	Habilitação nas licitações promovidas pelas estatais (<i>caput</i>)	341
II.	Disponibilidade das condições para a contratação – inovação no que se refere às estatais (inc. I).....	342
III.	Qualificação técnica (inc. II).....	343
IV.	Capacidade econômico-financeira (inc. III).....	344
V.	Depósito no caso de maior oferta e regras especiais correlatas (inc. IV, §§1º e 2º)	345
	ARTIGO 59	346
I.	Sistema recursal nas licitações das estatais (<i>caput</i>)	346
II.	Procedimento recursal ordinário (§1º)	347
III.	Procedimento recursal no caso de se prever a habilitação como antecedendo as propostas (§2º)	347
	ARTIGO 60	349
I.	Efeitos da homologação do resultado do certame.....	349
	ARTIGO 61	351
I.	Direitos emergentes da participação na licitação	351
	ARTIGO 62	352
I.	Revogação e anulação da licitação (<i>caput</i>)	352
II.	Anulação e dever de indenizar: a inconstitucionalidade da previsão legal (§1º)	354
III.	Anulação do contrato como efeito da anulação da licitação (§2º).....	355
IV.	Anulação e devido processo legal (§3º).....	356
V.	Aplicação às hipóteses de contratação direta (§4º).....	356
	ARTIGO 63	357
I.	Definição (<i>caput</i> e incisos)	357
II.	Complementação pela via do regulamento (Parágrafo único).....	358
	ARTIGO 64	359
I.	Definição (<i>caput</i>)	359
II.	Caráter público e permanente do procedimento (§1º).....	360
III.	Possibilidade de restringir a disputa aos pré-qualificados (§2º)	361
IV.	Pré-qualificação por categorias distintas	361
V.	Pré-qualificação parcial (§4º)	361
VI.	Validade (§5º).....	362
VII.	Comprovação da qualidade de produtos (§6º)	362
VIII.	Publicidade (§7º).....	363
	ARTIGO 65	364
I.	Conceito (<i>caput</i>).....	364
II.	Princípio da publicidade e perenidade do cadastramento (§1º).....	365
III.	Disposições regulamentares (§2º)	365
IV.	Registro da performance (§3º)	366
V.	Dever de preservação das condições de habilitação (§4º)	366
	ARTIGO 66	367
I.	Sistema de registro de preços (<i>caput</i>).....	367
II.	Aplicabilidade (§1º).....	371
III.	Condições (§2º)	371
IV.	Caráter facultativo e direito de preferência (§3º)	372
	ARTIGO 67	373
I.	Conceito e características (<i>caput</i> e parágrafo único).....	373

ARTIGO 68	375
I. Estatais e contratação privada	375
ARTIGO 69	380
I. Cláusulas essenciais	381
a. Definição do objeto (inc. I)	381
b. Regime de execução ou modo de fornecimento (inc. II).....	382
c. Preço e critérios de pagamento (inc. IV)	382
d. Prazo de execução das obrigações e regras de recebimento (inc. V) ...	383
e. Garantia (inc. V).....	383
f. Infrações (inc. VI).....	383
g. Hipóteses de extinção e alteração (inc. VII).....	384
h. Vinculação ao edital e à proposta (inc. VIII).....	384
i. Preservação das condições de habilitação (inc. IX)	384
j. Alocação expressa de riscos (inc. X)	385
II. Dever de especificação orçamentária nos contratos de obra contratados pelo modo de disputa aberto (§2º)	386
ARTIGO 70.....	387
I. Garantia e seu caráter facultativo (<i>caput</i>).....	387
II. Modalidades de garantia (§1º, inc. I, II e III)	388
III. Limite da garantia (§§2º e 3º)	389
IV. Liberação da garantia (§4º)	389
ARTIGO 71	390
I. Prazo	390
ARTIGO 72.....	392
I. Modificações contratuais.....	392
ARTIGO 73	395
I. Dispensa de formalização	395
ARTIGO 74	396
I. Publicidade dos contratos e preservação de informações sensíveis ...	396
ARTIGO 75	398
I. Assinatura do contrato (<i>caput</i> e §1º)	398
II. Consequências da não assinatura do contrato (§2º).....	400
ARTIGO 76	401
I. A responsabilidade do contratado	401
ARTIGO 77	404
I. Responsabilidades trabalhista, fiscal e comercial	404
II. Exoneração de responsabilidade e inconstitucionalidade do §1º.....	404
ARTIGO 78	406
I. Subcontratação.....	406
II. Dever de o subcontratado atender às condições de qualificação técnica.....	408
III. Impedimentos subjetivos do subcontratado	408
IV. Dever de execução direta de serviços técnicos especializados	408
ARTIGO 79	410
I. Contratos de performance e modos de fiscalização	410
ARTIGO 80	412
I. Direitos sobre os projetos realizados por particulares.....	412
ARTIGO 81	414
I. Consensualidade e alteração do contrato (<i>caput</i>).....	416
II. Hipóteses normativas sobre a modificação (incisos I a VI)	417
II.1 Modificação do projeto.....	418
II.2 Modificação quantitativa do objeto	418
II.3 Substituição da garantia	418

III.	Modificação do regime de execução decorrente de inviabilidade técnica.....	419
III.1	Modificação da forma de pagamento.....	419
III.2	Recomposição da economia do contrato.....	419
IV.	Limites de alteração dos contratos (§§1º e 2º)	420
V.	Previsão de novos preços (§3º).....	421
VI.	Indenização de materiais adquiridos em caso de supressão (§4º)	421
VII.	Modificação de encargos legais (§5º).....	421
VIII.	Dever de reequilíbrio (§6º).....	422
IX.	Eventos que não constituem modificação contratual (§7º).....	422
X.	Impossibilidade de desnaturação da matriz de risco (§8º).....	422
ARTIGO 82		423
I.	A multa decorrente do atraso na execução do contrato (<i>caput</i>).....	423
II.	Cumulações de sanções (§1º)	424
III.	Devido processo legal e garantia	424
IV.	Dever de repor a garantia (§3º).....	425
ARTIGO 83		426
I.	Inexecução do contrato e as sanções correlatas (<i>caput</i>).....	426
II.	Insuficiência da garantia para fazer frente à multa (§1º).....	428
III.	Cumulação das sanções com a multa (§2º).....	428
ARTIGO 84		429
I.	A aplicação de sanções por conta de fatos externos ao contrato (<i>caput</i>).....	429
II.	A questão da fraude fiscal.....	430
III.	Prática de atos ilícitos que frustrem os objetivos da licitação.....	431
ARTIGO 85		432
I.	Órgãos de controle interno e externo (<i>caput</i>).....	432
II.	O acesso às informações (§1º).....	433
III.	Grau de confidencialidade (§2º).....	434
IV.	Fiscalização e controle (§3º)	435
ARTIGO 86		436
I.	Informações nos bancos de dados eletrônicos (<i>caput</i>).....	436
II.	Divulgação de informações (§§1º, 2º e 3º).....	437
III.	Informações dotadas de sigilo (§4º).....	438
ARTIGO 87		439
I.	Controle de despesas e gastos (<i>caput</i>).....	439
II.	Impugnação dos editais por irregularidade (§§1º e 2º).....	440
III.	Exame de documentos pelos Tribunais de Contas (§3º).....	440
ARTIGO 88		442
I.	Divulgação mensal de dados.....	442
ARTIGO 89		444
I.	A supervisão da empresa pública e da sociedade de economia mista	444
ARTIGO 90		445
I.	Os limites do controle	445
II.	O controle das estatais e sua relação com a LINDB	446
ARTIGO 91		448
I.	O regime de transição legal (<i>caput</i>).....	448
II.	Uma lei que considera a realidade das empresas estatais brasileiras? (<i>caput</i>).....	450
ARTIGO 92.....		455
I.	A manutenção de banco de dados, público e gratuito, relacionando as empresas públicas e as sociedades de economia mista junto ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins (<i>caput</i>).....	455

II.	A proibição de que a União realize transferências voluntárias de recursos aos entes federados que não forneçam as informações relativas às empresas públicas e às sociedades de economia mista a eles vinculadas ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins (Parágrafo único).....	456
ARTIGO 93		458
I.	A racionalidade da fixação de parâmetros para despesas com publicidade e patrocínio (<i>caput</i>)	458
II.	Os conceitos de publicidade e patrocínio (<i>caput</i>).....	459
III.	A limitação legal às despesas com publicidade e patrocínio (<i>caput</i>)....	461
IV.	A ampliação excepcional do limite de despesas com publicidade e patrocínio (§1º).....	462
V.	Os parâmetros específicos para a realização de despesas com publicidade e patrocínio em ano de eleição para cargos do ente federativo a que sejam vinculadas (§2º).....	462
ARTIGO 94		465
I.	Lei das Estatais e Lei Anticorrupção: limites e possibilidades	465
ARTIGO 95		468
I.	A estratégia de longo prazo da empresa estatal e limite temporal para sua publicação.....	468
ARTIGO 96		470
I.	Dispositivos legais revogados pela Lei das Estatais	470
REFERÊNCIAS.....		473